

CARTAS PEDAGÓGICAS: TECENDO SABERES E REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS

SILVA, Thaiz Franciane Ferreira da¹
LACERDA, Thays de Campos²

Resumo: O manuscrito apresenta um relato de experiência de duas autoras, participantes da disciplina optativa “Estudos e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”, ofertada no semestre letivo de 2025/1, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Cáceres. Com carga horária total de 60 horas, sendo 48 horas presenciais e 12 horas remotas, a disciplina teve como proposta, entre outras atividades, a produção de duas Cartas Pedagógicas (CP), nas quais as discentes elaboraram reflexões críticas fundamentadas nos textos e nas discussões realizadas ao longo das aulas. Este relato, construído em dupla, adota uma abordagem qualitativa de caráter descriptivo-interpretativo, fundamentada na perspectiva metodológica proposta por Bortoni-Ricardo (2008). O objetivo central foi sistematizar e analisar excertos selecionados das quatro CP produzidas pelas autoras, articulando as discussões sobre Educação, Políticas Públicas e Pesquisa. As reflexões permitem apontar que a produção das Carta Pedagógica é uma prática formativa que integra teoria e prática, amplia a criticidade das discentes e reafirma o compromisso com uma educação democrática e transformadora.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Pesquisa; Formação Docente; PPGEdu/UNEMAT.

Considerações Iniciais

O texto aqui escrito é composição de sentidos mobilizados por nós, estudantes (aqui, autoras), Thaiz Franciane Ferreira da Silva e Thays de Campos Lacerda. A primeira na condição de aluna especial e a segunda de aluna regular e integrante do Grupo de Pesquisa GRAFITE – Estudos sobre Relações Étnico-Raciais. Relatamos aqui, os saberes mobilizados a partir de

¹ Aluna Especial do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), linha de pesquisa ‘Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas’, ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Cáceres/MT. E-mail: thaiz.franciane@unemat.br

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), linha de pesquisa “Educação e Diversidade: Estudos e pesquisas sobre práticas culturais, constituição do sujeito, diversidade étnica e cultural, educação indígena, educação do campo e em outros contextos formativos”, ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Cáceres. Bolsista do CNPq. E-mail: thays.campos@unemat.br

nossa participação na disciplina optativa “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”.

Nosso interesse foi motivado pelo desejo de aprofundar conhecimentos teóricos e metodológicos fundamentais para nossa trajetória acadêmica e profissional no campo da Educação, compreendemos que o acesso ao conhecimento produzido no âmbito do PPGEdu/UNEMAT representa um diferencial significativo para qualificar nossa atuação profissional. Esse percurso constitui-se como um espaço fecundo para o fortalecimento de saberes orientados por uma perspectiva crítica, reflexiva e socialmente comprometida com a educação.

A disciplina, conduzida pela professora Dra. Ângela Rita Christofolo de Mello, tem como ementa: “Bases teóricas, metodológicas e práticas da formação inicial e continuada de professores; construção do conhecimento docente; políticas e práticas docentes progressistas e transformadoras; identidade, reflexão e autonomia docente; investigação docente e relatos de experiências de boas práticas docentes” (Plano de Ensino, 2025).

O conteúdo da disciplina dialoga diretamente com nossa trajetória acadêmica e profissional, especialmente no que tange às discussões sobre uma formação docente crítica, reflexiva e comprometida com a equidade. Nesse sentido, contribuí significativamente para o fortalecimento dos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam minha pesquisa atual, bem como para a construção da futura pesquisa da colega Silva. Além disso, potencializa a articulação entre teoria e prática, oferecendo referenciais que orientam uma atuação docente mais consciente, crítica e comprometida com os princípios da diversidade e da justiça social.

Esta experiência, me deixou com um misto de angústia e vontade de ir para a escola. Angústia ao poder furar minha bolha e notar que as coisas nem de longe, andam bem na educação, mas também me despertou um desejo grandioso de ir para a escola, e poder nem que seja a passo de formiguinha fazer algo pelos nossos estudantes. Acredito que sai de todas as aulas, com a cabeça pensando um milhão de coisas, mas senti que estou trilhando um caminho para que possa ser uma educadora, para além de ser só professora (Lacerda, CP, abril de 2025).

O percurso formativo proporcionado permitiu problematizar os desafios e as exigências de uma formação docente que vá além da reprodução de modelos tradicionais, estimulando uma ressignificação da prática docente. Assim, essa experiência acadêmica

consolidou-se como espaço formativo que promove a consciência crítica, a valorização da diversidade e o compromisso ético-político com a transformação social.

Entendo que a educação deve ir além da simples transmissão de conteúdos, deve promover a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de transformar a sua realidade. É esse o horizonte que desejo seguir e aprofundar, reafirmando meu compromisso com uma educação humanizadora, ética, inclusiva e transformadora (Silva, CP, maio de 2025).

Ofertada no semestre letivo de 2025/1, a disciplina reuniu 19 mestrandos e 4 alunos especiais, formando um grupo heterogêneo, colaborativo e dialógico. Esse coletivo potencializou discussões acerca dos conceitos de Educação, Políticas Públicas e Pesquisa, ancoradas em uma perspectiva crítica, inclusiva e transformadora, reafirmando a importância da inserção do educador no campo da investigação científica.

A disciplina objetivou investigar abordagens teóricas de caráter progressista e transformador no campo educacional, abrangendo diferentes níveis e modalidades de ensino; aprofundar a compreensão das matrizes teóricas e metodológicas voltadas à análise crítica e inclusiva das políticas públicas em educação; promover a reflexão sobre resultados de investigações científicas desenvolvidas na área da Educação e das Políticas Públicas Educacionais; sistematizar e divulgar experiências vivenciadas ao longo do processo formativo da disciplina.

Nesse sentido, este relato de experiência está organizado em dois subitens, que dialogam diretamente com as unidades temáticas desenvolvidas ao longo da disciplina. O primeiro subitem, intitulado “Unidades I e II: Educação e Política”, contempla as reflexões construídas a partir dos encontros realizados nos dias 9, 10 e 11 de abril de 2025. O segundo subitem, denominado “Unidades II e III: Educação, Política e Pesquisa”, corresponde às discussões ocorridas nos encontros dos dias 22, 23 e 24 de maio de 2025. Cada um desses momentos proporcionou aprofundamentos teóricos e metodológicos, além de debates que fortaleceram nossa compreensão crítica sobre as inter-relações entre formação docente, políticas públicas educacionais e o papel da pesquisa na educação.

Caminhos da investigação: a construção metodológica do relato de experiência

A disciplina Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais foi estruturada em uma dinâmica híbrida, composta por dois encontros presenciais, de 24 horas cada, totalizando 48 horas, além de atividades remotas que somaram 12 horas, perfazendo uma carga horária total de 60 horas. Essa organização propiciou um ambiente formativo pautado no diálogo, na construção coletiva de saberes e na articulação crítica entre teoria, prática e pesquisa.

A metodologia adotada integrou atividades de leitura orientada, planejamento e realização de dois seminários em duplas, bem como momentos destinados ao debate e à reflexão coletiva. Tal organização metodológica buscou favorecer um ambiente formativo centrado no diálogo e na construção colaborativa do conhecimento, possibilitando uma articulação crítica entre teoria, prática e pesquisa, especialmente no campo da formação docente e das políticas educacionais.

Os dias 22, 23 e 24 do mês de maio foram construídos por momentos prazerosos, de muita reflexão e muitos debates nos quais tivemos a oportunidade de partilharmos de diferentes sentimentos, todos os seminários se constituíram de forma singular, todos com temas muito atuais e relevantes, principalmente no tocante que estamos nos formando em uma pós-graduação em educação. E ao tocante que os dias se passaram, ficou muito nítido que estamos vivendo um período de extrema delicadeza na educação, são preocupantes os movimentos articulados pelos governos na educação (Lacerda, CP, maio de 2025).

Dessa maneira, o percurso metodológico desenvolvido na disciplina possibilitou o aprofundamento teórico e a problematização reflexiva dos conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento da competência investigativa dos participantes e para a consolidação de práticas educacionais fundamentadas em perspectivas político-pedagógicas críticas.

As atividades propostas foram cuidadosamente planejadas para articular reflexão teórica, prática pedagógica e produção acadêmica, promovendo um processo formativo integral. No âmbito individual, cada participante foi instigado a elaborar duas Cartas Pedagógicas (CP), nas quais sistematizou reflexões críticas e pessoais acerca dos conceitos discutidos nos encontros presenciais. Essa prática dialoga com a perspectiva de Bortoni-Ricardo (2008), que comprehende a escrita como instrumento de problematização e construção do conhecimento docente.

Stella Maris também defende que o professor deve assumir um papel ativo na produção de conhecimento sobre sua própria prática, questionando rotinas e explorando os contextos socioculturais da sala de aula. A obra discute as bases epistemológicas e metodológicas da pesquisa qualitativa com uma linguagem acessível e repleta de exemplos práticos, tornando-se uma leitura útil tanto para iniciantes quanto para educadores em formação (Silva, CP, maio de 2025).

Complementarmente, desenvolveu-se uma atividade colaborativa, em duplas, consistindo na elaboração de um relato de experiência. Essa produção escrita não apenas proporcionou o aprofundamento da análise reflexiva sobre as práticas educativas, como também teve a intenção de ser submetida ao dossiê da Revista de Educação do Vale do Arinos (RELVA). Tal proposta metodológica visou fortalecer as habilidades de escrita acadêmica e fomentar a socialização das vivências formativas, configurando-se como espaço de interlocução entre teoria e prática, conforme preconizam autores que defendem a pesquisa-ação e o relato de experiência como ferramentas essenciais na formação docente (Thiollent, 2011; Schön, 1987).

Dessa forma, as atividades desenvolvidas favoreceram a articulação entre saber teórico e saber prático, ampliando o horizonte de compreensão dos participantes sobre as políticas e práticas educacionais, além de consolidar competências investigativas e comunicativas fundamentais para a atuação profissional e acadêmica.

Mas isso só ocorre quando não exercitamos a nossa criticidade, a nossa reflexão e por isso a educação se torna um campo de grande disputa, pois é através da educação emancipadora que se cria seres humanos críticos e reflexivos.

Nesta pequena carta, tento esboçar tudo que me marcou de forma ímpar nestes 3 encontros que tivemos, gostaria de estender meus agradecimentos a todos os participantes da disciplina que enriqueceram nossas manhãs e tardes com diálogos potentes, com discussões que nos fazem refletir toda nossa trajetória como docente, e nos fazer ter gás para que possamos enfrentar os obstáculos que ainda teremos pela frente (Lacerda, CP, maio de 2025).

De acordo com Libâneo (2013) e Perrenoud (2000), sustentada pela concepção de avaliação diagnóstica, processual e formativa, a avaliação buscou acompanhar e promover o desenvolvimento integral dos mestrando e alunos especiais, valorizando seu compromisso e responsabilidade na realização das atividades propostas. Os critérios avaliativos consideraram o engajamento contínuo nas leituras orientadas, no planejamento, nas apresentações e nos debates fundamentados na bibliografia indicada, realizados nos dois seminários. Ademais,

foram avaliadas a elaboração individual das duas Cartas Pedagógicas (CP) e a produção colaborativa, em duplas, do relato de experiência.

Esse processo avaliativo não se limitou à verificação do cumprimento das tarefas, mas constituiu-se como instrumento para fortalecer a reflexão crítica, a apropriação dos conteúdos e a socialização do conhecimento. Alinha-se, assim, às perspectivas defendidas por Libâneo (2013) e Perrenoud (2000), que compreendem a avaliação como processo contínuo e formativo, capaz de acompanhar o percurso de aprendizagem e promover ajustes pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento do sujeito em formação.

Nesse sentido, a avaliação processual e formativa configura-se como elemento fundamental para a construção de uma prática educativa reflexiva, democrática e emancipatória (Vygotsky, 1998; Freire, 1996), cujo foco reside no desenvolvimento de uma efetiva aprendizagem, mais do que na mera atribuição de notas.

Portanto, este relato de experiência emerge desse movimento formativo, ancorado na abordagem qualitativa (Bortoni-Ricardo, 2008), de natureza descritivo-reflexiva, que busca sistematizar as práticas desenvolvidas, as reflexões construídas coletivamente e os desafios e aprendizados que perpassam nossa participação na disciplina. Ao narrar essa trajetória, assumimos o compromisso ético e político de contribuir com a construção de uma educação comprometida com a transformação social, a valorização da diversidade e a promoção da justiça social.

Jornada de Aprendizagem: Unidade I e II – “Educação e Política”

Nas Unidades I e II, denominadas “Educação & Política”, foram trabalhados doze artigos de autores que discutem a educação e as políticas públicas no Brasil. Como atividade, a dupla apresentou o artigo “A atuação do Estado nas políticas educacionais no Brasil: avanços e retrocessos desde a redemocratização até 2022”, de autoria de Silvio Cândido da Mata e Renata Ramos da Silva Carvalho (2024).

No referido texto, os autores traçam a trajetória das políticas educacionais no Brasil desde o período da redemocratização até o ano de 2022, destacando os avanços e retrocessos nas ações do Estado no campo educacional. Discutem como essas políticas se transformaram ao longo dos anos, com ênfase nas mudanças advindas dos governos democráticos, nos impactos das crises econômicas e políticas, bem como na crescente

influência do neoliberalismo sobre as estratégias educacionais (Silva, CP, abril de 2025).

Mata e Carvalho (2024), analisam a centralidade da educação nas agendas governamentais, evidenciando tanto os momentos de avanço, como a ampliação do acesso à Educação Básica e Superior, quanto os retrocessos, a exemplo da precarização do financiamento público e das reformas que restringem os direitos educacionais. Os autores também abordam o processo de mercantilização e privatização da educação pública, juntamente com a introdução de modelos gerenciais neoliberais, que comprometem a equidade e a qualidade do ensino no Brasil.

Ao longo da análise, os autores refletem sobre as políticas educacionais implementadas em diferentes governos, desde a gestão de Fernando Collor até o atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evidenciando as tensões históricas entre os processos de democratização da educação e a permanência de um sistema educacional excluente e desigual. Concluem o artigo ressaltando a urgência de políticas públicas educacionais mais inclusivas e equitativas, que garantam o acesso à educação de qualidade para todas as camadas da população, independentemente dos contextos político e econômico (Silva, CP, abril de 2025).

Finalizam destacando que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assume o desafio de reconstruir o Estado democrático de direito e suas políticas, reacendendo a esperança de novos rumos para a educação brasileira. Assim, afirmam ser imprescindível resgatar uma educação de caráter emancipador, capaz de contribuir para a construção e reconstrução do país, reintegrando-o ao cenário internacional.

Este primeiro momento da disciplina foi concluído, no dia 11 de abril, com um debate coletivo acerca da obra de Gaudêncio Frigotto (2017), intitulada “Escola Sem Partido”, a qual ganhou notoriedade no Brasil a partir dos anos 2000. O movimento “Escola Sem Partido”, defende uma concepção de educação pautada na suposta “neutralidade” e “imparcialidade”, sustentando que os professores não devem utilizar sua função para promover posicionamentos políticos, religiosos ou morais.

Entretanto, Frigotto (2017), argumenta que o movimento está longe de ser neutro ou apolítico. Para o autor, trata-se de um projeto de caráter ideológico, que visa restringir o pensamento crítico e o debate nas instituições escolares, comprometendo a liberdade de cátedra, a autonomia docente e a formação cidadã. O autor defende, ainda, que a escola exerce um papel fundamental na formação de sujeitos conscientes, críticos e socialmente comprometidos com a transformação da realidade. A pretensa

neutralidade proposta pelo movimento “Escola Sem Partido”, segundo Frigotto, constitui-se, na verdade, em uma estratégia que busca silenciar vozes dissonantes e impedir que a educação cumpra seu papel social e emancipador (Silva, CP, abril de 2025).

A obra de Gaudêncio Frigotto (2017), revela-se, portanto, fundamental para o aprofundamento das reflexões acerca das estruturas escolares e do papel social desempenhado pelos docentes no contexto educacional. O autor enfatiza que a escola tem uma função central na formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de atuar de maneira consciente, ética e transformadora na sociedade.

Memórias de um Caminho Trilhado: Unidade II e III – “Educação, Política & Pesquisa”

As Unidades II e III, organizadas sob o tema “Educação, Política e Pesquisa”, foram concluídas por meio de debates e análises de doze artigos de diferentes autores, os quais abordam as implicações decorrentes das investigações sobre políticas públicas educacionais e seus desdobramentos para a prática docente e para a construção de uma educação democrática.

Como parte desse percurso formativo, a dupla apresentou um artigo estruturado na forma de entrevista com Stephen J. Ball, intitulado “Um Diálogo Sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional”, conduzido pelos pesquisadores brasileiros Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes (2009).

Este foi um seminário bem desafiador, pois nunca tinha conduzido um seminário ao qual o artigo era em formato de entrevista e também ainda não tinha tido contato com nenhuma escrita de Ball, mas foi um seminário que enriqueceu ainda mais minha trajetória acadêmica, e a minha experiência de vida, Ball faz discussões muito pertinentes no cenário da educação. Ball, discute questões centrais que têm relação direta com as questões de justiça social, às políticas educacionais e ao papel da pesquisa na transformação social (Lacerda, CP, maio de 2025).

Na entrevista, Stephen J. Ball, considerado um dos mais influentes teóricos contemporâneos da sociologia da educação, discute questões centrais relacionadas à justiça social, às políticas educacionais e ao papel da pesquisa na transformação social. O autor tece críticas contundentes ao avanço das políticas neoliberais na educação, marcadas por lógicas de mercado, desempenho, controle e competição, que, segundo ele, enfraquecem o papel social da escola, comprometem a equidade e aprofundam as desigualdades educacionais.

Sua obra fundamenta-se em uma perspectiva teórica pluralista, caracterizada pelo diálogo entre diferentes referenciais teóricos, tais como Foucault, Bourdieu, Bernstein e Weber, cujas contribuições possibilitam a construção de análises complexas, coerentes e consistentes sobre as dinâmicas das políticas educacionais contemporâneas.

Ball critica o avanço das políticas neoliberais na educação, pautadas por lógicas de mercado, desempenho e competição, que fragilizam o papel social da escola e comprometem a equidade. Tais políticas, ao transformar o conhecimento em mercadoria, reduzem a autonomia docente e impõem métricas, avaliações de desempenho e rankings. Para o autor, essas reformas ampliam as desigualdades, na medida em que priorizam resultados e eficiência em detrimento da justiça social e da inclusão (Silva, CP, maio de 2025).

Ball enfatiza, ainda, a importância de uma pesquisa socialmente comprometida, que não apenas observe os fenômenos educacionais, mas que também questione e confronte as estruturas de poder que sustentam e reproduzem desigualdades. O autor alerta sobre os riscos de uma educação voltada exclusivamente para resultados mensuráveis, defendendo, em contraponto, uma perspectiva educativa ampla, humanizadora e emancipatória. A entrevista, portanto, constitui-se, simultaneamente, em um convite à crítica das políticas educacionais neoliberais e em uma defesa intransigente da educação como instrumento de transformação social.

Acredito que ao longo dos 3 dias de aulas foi o que mais pudemos discutir em sala de aula, que são as articulações envolvendo os governos que têm visado a educação como uma mercadoria, e não sendo um ambiente de autenticidade, de reflexão e um ambiente emancipatório, o autor também enfatiza a importância de uma pesquisa comprometida com a transformação social, que não apenas observe os fenômenos educacionais, mas questione e interfira nas estruturas de poder que perpetuam desigualdades (Lacerda, CP, maio de 2025).

Além das apresentações, a tarde do terceiro dia de aula foi dedicada a um debate aprofundado sobre as ideias discutidas na obra de Stella Maris Bortoni-Ricardo, *O Professor Pesquisador: Introdução à Pesquisa Qualitativa* (2008). Esse momento proporcionou uma rica reflexão crítica e a troca de experiências entre os participantes, consolidando-se como um espaço formativo de diálogo sobre os desafios e as possibilidades da pesquisa qualitativa no contexto da prática docente.

Prosseguimos com a nossa última tarde de estudos, dialogando sobre o livro "O Professor Pesquisador: Introdução à Pesquisa Qualitativa", escrito por Stella Maris Bortoni-Ricardo. Neste a autora propõe a valorização do professor como pesquisador e defensor de uma prática pedagógica reflexiva, fundamentada na investigação qualitativa. O principal objetivo da obra é introduzir docentes e estudantes à pesquisa qualitativa em educação, com destaque para a etnografia aplicada ao ambiente escolar. Stella Maris também defende que o professor deve assumir um papel ativo na produção de conhecimento sobre sua própria prática, questionando rotinas e explorando os contextos socioculturais da sala de aula. A obra discute as bases epistemológicas e metodológicas da pesquisa qualitativa com uma linguagem acessível e repleta de exemplos práticos, tornando-se uma leitura útil tanto para iniciantes quanto para educadores em formação.

Eu e a minha colega Lacerda realizamos a apresentação sobre o último capítulo: "O paradigma de redes sociais" para a análise qualitativa, conforme discutido por Bortoni-Ricardo, é uma abordagem que propõe olhar para o fenômeno linguístico e social a partir das relações interpessoais e dos vínculos sociais que os indivíduos estabelecem. Esse paradigma é muito usado nas pesquisas qualitativas de caráter etnográfico, especialmente na Sociolinguística Interacional (Silva, CP, maio de 2025).

O presente relato de experiência fundamenta-se, em grande medida, nas reflexões construídas a partir do estudo dessa obra, na qual Bortoni-Ricardo (2008), defende a valorização do professor como sujeito ativo na produção de conhecimento, superando a concepção tradicional que o restringe ao papel de mero transmissor de saberes. Para a autora, assumir-se como pesquisador da própria prática, constitui condição essencial para uma atuação pedagógica crítica, reflexiva e transformadora, pautada na investigação qualitativa enquanto ferramenta epistemológica e metodológica.

A pesquisa qualitativa, conforme delineada na obra, caracteriza-se por uma abordagem que privilegia a compreensão dos fenômenos em seus contextos naturais, considerando as dimensões subjetivas, culturais, sociais e históricas que os constituem. Diferentemente dos modelos quantitativos, centrados na busca por generalizações, a perspectiva qualitativa valoriza a análise profunda dos processos, das interações e dos significados (Bortoni-Ricardo, 2008).

Dentre os referenciais metodológicos destacados, ganha centralidade a etnografia aplicada à educação, que se mostra especialmente relevante para a compreensão das dinâmicas escolares. Por meio dela, o professor-pesquisador é capaz de observar, descrever e analisar os processos interacionais, as práticas de linguagem, as relações socioculturais e os fenômenos que permeiam o ambiente educativo (Bortoni-Ricardo, 2008).

Ao longo da obra, Bortoni-Ricardo (2008) aborda, de maneira didática e acessível, conceitos fundamentais da pesquisa qualitativa, tais como: a construção do problema de pesquisa; os procedimentos de coleta de dados, incluindo a observação participante, as

entrevistas e a análise documental; os princípios éticos que norteiam o trabalho investigativo; e as possibilidades de análise e interpretação dos dados.

Além dos aspectos metodológicos, a autora convoca os docentes a adotarem uma postura investigativa permanente, pautada na reflexão crítica sobre sua própria prática. Tal postura não apenas qualifica o fazer docente, mas também contribui para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, significativas e comprometidas com a emancipação dos sujeitos (Bortoni-Ricardo, 2008).

Outro aspecto de grande relevância na obra, reside na compreensão de que o processo investigativo, no contexto escolar, não se limita à produção acadêmica formal. Ao contrário, configura-se como um movimento formativo e transformador, articulado à melhoria das condições de ensino, à promoção de aprendizagens mais significativas e ao fortalecimento de uma educação socialmente referenciada e comprometida com a transformação social (Bortoni-Ricardo, 2008).

Portanto, “O Professor Pesquisador: Introdução à Pesquisa Qualitativa”, oferece aos educadores não apenas instrumentos metodológicos, mas também sólidos fundamentos epistemológicos, que os auxiliam a compreender a prática docente como espaço legítimo de produção de conhecimento. Ao assumir-se como pesquisador, o professor amplia sua capacidade de intervir criticamente na realidade escolar, fortalecendo seu compromisso ético, político e social com uma educação democrática, inclusiva e transformadora. “Toda pesquisa que envolve seres humanos deve pautar-se pela ética, pela transparência e pelo respeito aos sujeitos participantes” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 63).

Em consonância com os aspectos discutidos ao longo da disciplina, foram selecionados excertos das Cartas Pedagógicas (CP), produzidas por nós, os quais foram escolhidos por representarem reflexões que consideramos relevantes para a nossa prática e qualificação profissional no campo da educação.

O primeiro trecho refere-se à reflexão elaborada pelas mestrandas do programa de pós-graduação em educação, a partir do artigo “Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire”, de autoria de Artur Gomes de Moraes (2022). O artigo realiza uma análise crítica da educação contemporânea no campo da alfabetização. O autor revisita importantes conquistas obtidas entre os anos de 2003 e 2016, que culminaram em políticas públicas educacionais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na

Idade Certa (PNAIC). Em seguida, ele examina as lacunas e os problemas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada sem amplo debate público, bem como da Política Nacional de Alfabetização (2019), que tenta impor o método fônico e apresenta materiais didáticos distantes da realidade e necessidade dos estudantes e formação de professores que são insuficientes.

Inspirado em Paulo Freire, o autor destaca que o Brasil ainda enfrenta desafios persistentes, como os altos índices de analfabetismo funcional, desigualdades regionais e propostas pedagógicas que ignoram o contexto sociocultural dos estudantes. Para ele, é fundamental promover uma alfabetização concreta, que permita aos educandos não apenas decodificar palavras, mas também se tornarem letrados e críticos (Silva, CP, abril de 2025).

No entanto, essa proposta só será possível se houver resistência por parte dos educadores frente à atual conjuntura, marcada por autoritarismo, privatização e pela transformação das escolas em instituições com lógica mercadológica e meritocrática.

O segundo excerto analisado advém da apresentação realizada por outra dupla, a partir do artigo “Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional”, de Elba Siqueira de Sá Barreto (2011).

Sá Barreto (2011), analisa as políticas e práticas de formação inicial de professores da educação básica no Brasil, após a transição dessa formação para o Ensino Superior. Também destaca os avanços e os desafios enfrentados na construção de uma política nacional de formação docente e continuada, abordando aspectos como os cursos presenciais de licenciatura, os programas emergenciais de certificação de professores em serviço e a expansão dos cursos à distância.

O texto evidencia a fragmentação das políticas, a desarticulação entre teoria e prática, além das tensões entre as diretrizes nacionais e as realidades locais. A autora defende a urgência de uma política de formação docente que seja articulada, contínua, de qualidade e comprometida com a valorização da profissão. Essa política deve estar fundamentada nos princípios da equidade, da inclusão e da justiça social, assegurando melhores condições para a atuação dos professores e, consequentemente, para a melhoria da educação pública no país (Silva, CP, abril de 2025).

O terceiro excerto selecionado, correspondente à Unidade I & II, foi elaborado pela doutoranda, a partir da análise do artigo "Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa", de Almerindo Janela Afonso (2007).

O autor realiza uma análise crítica sobre o papel do Estado nas políticas educacionais contemporâneas, com ênfase na crescente centralidade das avaliações externas em larga escala. Ele aponta que a avaliação tem sido utilizada como instrumento de controle e regulação dos sistemas educacionais. Sob o discurso da busca por qualidade, essas avaliações acabam servindo como mecanismos de padronização, competição entre escolas, professores e estudantes, desviando o foco de questões estruturais da educação pública, como a desigualdade de recursos, as condições de trabalho e a formação docente (Silva, CP, abril de 2025).

Nesse contexto, Afonso (2007), propõe uma perspectiva alternativa, na qual a avaliação seja compreendida como um processo formativo, dialógico e participativo, voltado ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e ao fortalecimento da autonomia das escolas e dos educadores. Essa proposta contrasta com a triste realidade enfrentada atualmente, marcada por uma enxurrada de avaliações mensais padronizadas, impostas por sistemas de plataformas da SEDUC. Tais práticas reforçam a desigualdade em sala de aula, ignorando as especificidades de cada contexto escolar e de cada educando e assim esvaziando o verdadeiro sentido do processo educativo.

Dando continuidade à seleção dos trechos das Unidades II & III, o primeiro que descrito refere-se à apresentação realizada pelos colegas de mestrado que apresentaram o artigo “Militarização da Gestão das Escolas Públicas: A Exclusão da Atividade Política Democrática”, das autoras Viviane Peixoto da Cunha e Alice Casimiro Lopes (2022), o artigo faz uma análise sobre as novas demandas conservadoras articuladas nas políticas educacionais para a Educação Básica, focando no modo como essa articulação vem excluindo a atividade política democrática por meio de um discurso autoritário. Essa análise, toma como referência a proposta do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, operando com a estratégia teórico discursiva proposta por Laclau e Mouffe³.

A escola militar, também se constitui como um espaço excludente, pois para se adentrar a escola militar é necessário passar por uma seleção que envolve prova escrita, e majoritariamente são formuladas em parâmetros de múltipla escolha. Se formos analisar este mecanismo de seleção é apenas um do viés que eles encontraram para manter este sistema excludente, dos alunos tidos como “ruins”. Desta maneira, acaba corroborando para a polarização do que é ser um “bom aluno ou um aluno

³ Gostaríamos de salientar que a vertente da política democrática radical e plural proposta por Laclau e Mouffe (2015) se coloca como disputa por outros discursos e, portanto, outras hegeconomias, para pensarmos a gestão da educação diante dos desafios contemporâneos. Ou seja, uma gestão para além da ênfase restrita aos direitos individuais e à soberania, vontade coletiva/popular absolutas (CUNHA; LOPES, 2022. p.11).

ruim”, com um espaço que exclui toda e qualquer forma de conhecimento, que não siga os moldes estipulados através das provas escritas. Com isso, o ensino acaba se esvaindo de práticas diferenciadas, voltadas para o senso crítico dos alunos e o ensino acaba por se estabelecer na prática de cópia e decora (Lacerda, CP, maio de 2025).

Seguindo com o segundo excerto, destacam-se as reflexões das colegas que abordaram o artigo intitulado “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”, de autoria de Josiane Aparecida Machado, Rita Cristina Lima Lages e Rivânia Maria Trotta Sant’Anac (2024). Estas, analisam os avanços e desafios das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil no contexto da educação contemporânea.

Lages e Dant’Ana (2024), traçam um panorama histórico das ações governamentais direcionadas à EJA, destacando conquistas como a ampliação do acesso, os programas de incentivo e o reconhecimento da modalidade como parte integrante da Educação Básica. Todavia, com o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em 2007, ainda persistem desafios significativos, como a qualidade do ensino, a evasão escolar e a falta de estrutura adequada. A EJA exerce um papel essencial na inclusão social e na equalização de oportunidades, no entanto, para que cumpra efetivamente sua função, é necessário compreender as conquistas e os obstáculos enfrentados pelas políticas públicas que a sustentam.

Contudo, as pesquisadoras destacam que, mesmo com marcos legais e diretrizes curriculares que orientam uma educação emancipadora, ainda prevalecem práticas fragmentadas e desarticuladas, evidenciando que é urgente fortalecer políticas públicas contínuas, com financiamento adequado, formação específica de professores e a valorização da EJA como um direito social, propondo que essa modalidade seja pensada a partir da escuta ativa dos sujeitos que a ela recorrem, valorizando suas trajetórias, saberes e necessidades. Além disso, defendem também, a presença de educadores com perfis pedagógicos adequados, preparados para acolher esses estudantes com um olhar sensível e atento à realidade de cada um, ajudando-os a concluir todas as etapas de seus estudos. Pois, muitos desses estudantes são trabalhadores, pais de família, idosos que alimentam o sonho de aprender a ler, escrever e concluir um curso superior, são pessoas que, por diversos motivos, não puderam estudar no tempo considerado “certo” e que, agora, buscam uma nova oportunidade (Silva, CP, maio de 2025).

Isso posto, finalizamos este relato de experiência, deixando registrado o amor e o compromisso que temos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). É nesse campo que Silva Franciane (aqui, autora), deseja desenvolver um projeto de pesquisa para o mestrado, com o

propósito de contribuir efetivamente para essa modalidade de ensino, que historicamente foi marcada por desigualdades e injustiças sociais, e que ainda carece de ações que promovam uma educação de qualidade e com equidade. Nesse contexto, é instigada a realizar uma pesquisa com o tema “A Busca Ativa Escolar na Educação de Jovens e Adultos”, com o objetivo de compreender e analisar as causas da evasão escolar, um fenômeno recorrente nessa modalidade. Uma vez que, muitos estudantes iniciam seus estudos, mas acabam por abandoná-los ao longo do percurso. Assim, a autora considera que investigar as causas e os motivos que alimentam esses altos índices de evasão poderá possibilitar uma devolutiva concreta para a EJA, para que valorize seu público, com a oferta de políticas inclusivas e igualitárias, com vistas a fortalecer práticas pedagógicas mais significativas e emancipatórias que supere a conformação e a adaptação social.

Com inspiração advinda de uma das frases mais marcantes da concepção Freiriana que parte da compreensão de que o processo de alfabetização não deveria ser apenas um ato mecânico de decodificação de letras, mas um processo de compreensão crítica da realidade. Baseando-se nesse pensamento, entende que a educação deve ir além da simples transmissão de conteúdo, deve promover a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de transformar a sua realidade. É esse o horizonte que deseja seguir e aprofundar, reafirmando o compromisso com uma educação humanizadora, ética, inclusiva e transformadora, com a orientação da querida professora Dra. Ângela Rita Christofolo de Mello.

Finalizando a seleção dos excertos, o último escolhido foi elaborado pela colega, que apresentou reflexões sobre o texto "Teoria Crítica e Educação Política em Theodor Adorno", do autor Luiz Roberto Gomes (2010).

Segundo Gomes (2010), as reflexões de Theodor Adorno sobre a educação, pensadas no contexto mais amplo de uma sociedade em que prevalece a racionalidade instrumental, o poder ideológico da indústria cultural e a conversão da Bildung (formação cultural) em Halbbildung (semiformação), não deixam dúvidas quanto aos limites do processo formativo atual. A dimensão crítica da cultura, que deveria garantir a emancipação, se desvincula da ação social e acaba cedendo lugar à forma dominante da consciência social voltada para a adaptação e o conformismo. Daí a necessidade, em termos políticos, de uma educação que privilegie a auto-reflexão crítica sobre o processo de semiformação da sociedade, em que ela

necessariamente se converteu, já que a determinação política da educação decorre exatamente da necessidade de formação de sujeitos emancipados e livres da condição de alienação social.

A apresentação da colega Vanessa, foi carregado de emoção, pois tocou em pontos muito sensíveis, quando ela trouxe para a apresentação o Holocausto foi muito difícil de segurar a emoção. Cada depoimento é muito impactante, e quando trabalhamos com o Holocausto parece que foi algo que ocorreu a muito tempo e não foi, foi algo muito recente que aconteceu nos anos de 1933 e é algo que deixou marcas profundas em quem vivenciou e quem escuta os relatos, foi muito marcante o vídeo que a colega compartilhou: "Os horrores de Auschwitz, na qual uma senhora diz que temos que "Educar nossas crianças desde pequenos para o que ocorreu não viesse a ocorrer novamente". E é no ambiente escolar que temos que desenvolver nos alunos a auto-reflexão, emancipação e torná-los livres das alienações que estão acentuadas em todos os espaços (Lacerda, CP, maio de 2025).

Contudo, ainda ficamos a pensar: será que de fato ensinamos a importância do amor ao próximo? Pois, o ensinamento de uma das entrevistadas do vídeo, que vivenciou a barbárie, nos deixa uma importante lição: nós, educadores, devemos ensinar, desde a infância, o respeito e o amor ao próximo. Assim, estamos de fato, promovendo uma educação emancipadora, pautada na justiça social e na formação de estudantes com pensamento crítico, reflexivo e socialmente comprometidos. Dessa forma, a exibição do vídeo reforça a importância de uma prática pedagógica consciente, capaz de transcender os conteúdos formais para fomentar valores éticos e humanitários, imprescindíveis à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Considerações Finais

Finalizamos este relato com uma citação que nos marcou profundamente e que sintetiza o compromisso ético que deve orientar a educação. Como afirma Paulo Freire (2015, p. 29): "A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem".

A partir desta trajetória formativa, compreendemos que a educação se constitui como um processo contínuo de construção coletiva de saberes. Como nos ensina Freire (1996, p. 81), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Nesse sentido, o que levamos desta disciplina não se resume à apropriação de conteúdos teóricos, mas, sobretudo, a uma nova compreensão acerca do papel social da educação e da necessidade de fortalecer nosso compromisso ético e político com uma prática pedagógica crítica, transformadora e emancipatória.

Compreendemos, a partir desta trajetória formativa, que a educação é um processo contínuo de construção coletiva de saberes. Assim, o que levamos desta disciplina não são apenas conteúdos teóricos, mas, sobretudo, uma nova perspectiva sobre o papel social da educação, sobre a importância de fortalecer nosso compromisso ético e político com uma prática pedagógica crítica, transformadora e emancipatória.

Estes foram, sem dúvida, encontros formativos muito importantes, que nos provocaram a repensar práticas, linguagens e posicionamentos dentro do espaço escolar. Sigo refletindo sobre meu papel como educadora e sobre o compromisso ético que temos com uma educação verdadeiramente democrática. Professora Ângela, busquei de forma resumida, evidenciar os aprendizados e vivências dos nossos encontros. Fico imensamente feliz por termos compartilhado experiências tão significativas. A senhora não imagina a minha alegria de estar participando dessas aulas. Somente gratidão (Silva, CP, maio de 2025).

Dentre as experiências vivenciadas, destacamos com especial atenção o exercício das Cartas Pedagógicas, que nos atravessa de maneira profunda. Inspiradas na proposta de Isabela Camini (2019), as cartas pedagógicas superam a metodologia de escrita, tornando-se lugar de escuta, afeto e elaboração do vivido. Ao escrevermos nossas cartas, somos levadas a revisitar trajetórias, reconhecer aprendizagens e dar sentido às experiências formativas que nem sempre são plenamente elaboradas em práticas acadêmicas. Como afirma Camini, as cartas são escritas que entrecruzam e comunicam saberes, criando pontes entre o pessoal e o coletivo, entre o vivido e o pensado, entre o sentir e o teorizar.

Em seu texto *Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam*, Camini (2019) propõe uma abordagem que valoriza a escrita como prática formativa e investigativa. A autora comprehende as cartas pedagógicas não apenas como um gênero textual, mas como uma metodologia potente no âmbito da pesquisa-formação. Por meio delas, experiências pessoais se transformam em conhecimento, permitindo a articulação entre memória, afeto e análise crítica. A carta, nessa perspectiva, torna-se uma escrita que acolhe o vivido, mas também provoca, interpela e mobiliza a consciência crítica do ser humano em formação. Ela oferece um espaço de resistência à impessoalidade acadêmica e afirma a possibilidade de produzir saberes a partir da experiência de maneira ética, sensível e comprometida com a transformação social.

Nesse sentido, as Cartas Pedagógicas nos proporcionaram um espaço de produção de conhecimento em que a subjetividade foi reconhecida como parte constituinte da pesquisa e da formação docente. Por meio delas, pudemos experienciar uma escrita comprometida com a vida e com os processos educativos, que nos permitiu enxergar a formação como travessia feita de memórias, inquietações, vínculos e descobertas. Essa experiência foi fundamental, não apenas para a construção deste relato, mas para o fortalecimento de uma postura ética e sensível diante dos desafios da docência e da pesquisa em educação.

Dessa forma, reafirmamos que a formação docente não se limita à transmissão de conteúdo, mas envolve processos dialógicos, investigativos e afetivos, que nos desafiam a reconstruir sentidos sobre a educação, sobre nós mesmas e sobre o mundo. E é nessa travessia feita de encontros, leituras, escutas e escritas que seguimos esperançando, conscientes de que educar é, acima de tudo, um ato de compromisso ético, político e humano.

A dimensão crítica da cultura, que deveria garantir a emancipação, se desvincula da ação social e acaba cedendo lugar à forma dominante da consciência social voltada para a adaptação e o conformismo. Daí a necessidade, em termos políticas, para uma educação que privilegie a auto-reflexão crítica sobre o processo de semiformação da sociedade, em que ela necessariamente se converteu, já que a determinação política da educação decorre exatamente da necessidade de formação de sujeitos emancipados e livres da condição de alienação social (Lacerda, CP, maio de 2025).

Com estas palavras, buscamos apresentar uma breve síntese dos principais aspectos que mais nos impactaram durante os momentos da disciplina. Foram vivências e aprendizagens que, certamente, nos acompanharão ao longo de nossas trajetórias acadêmicas e profissionais, impulsionando futuras pesquisas e contribuindo com o desenvolvimento científico no campo da educação.

E sobre isso, reforço que essa experiência foi extremamente significativa para a minha formação, para minha prática pedagógica, pois possibilitou uma ampliação do meu olhar a partir das diversas leituras, debates e reflexões realizadas sobre Educação, Política e Pesquisa. Tenho a convicção de que os conhecimentos construídos nesse percurso irão contribuir tanto para minha atuação pedagógica quanto o desenvolvimento do meu projeto de pesquisa para o Mestrado (Silva, CP, maio de 2025).

Ainda movidas pela emoção que nos atravessa neste momento de encerramento, concluímos este relato com uma citação inspiradora, que reafirma a indissociabilidade entre ensino e pesquisa: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]. Ensino porque

busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervengo, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que não conheço e comunicar ou anunciar a novidade" (Freire, 1999, p. 32).

EDUCATIONAL LETTERS: WEAVING KNOWLEDGE AND REFLECTIONS ON TEACHER TRAINING AND PUBLIC AND EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: The manuscript presents an experience report by two authors who participated in the elective course "Teacher Training Studies and Research, Educational Policies and Practices," offered in the 2025/1 academic semester by the Graduate Program in Education (PPGEdu) at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres Campus. With a total workload of 60 hours, including 48 hours of in-person classes and 12 hours of remote classes, the course included, among other activities, the production of two Pedagogical Letters (CP), in which the students developed critical reflections based on the texts and discussions held throughout the classes. This report, written in pairs, adopts a qualitative descriptive-interpretative approach, based on the methodological perspective proposed by Bortoni-Ricardo (2008). The main objective was to systematize and analyze selected excerpts from the four CP produced by the authors, articulating discussions on Education, Public Policy, and Research. The reflections allow us to point out that the production of the Pedagogical Letter is a formative practice that integrates theory and practice, broadens the critical thinking of students, and reaffirms the commitment to a democratic and transformative education.

Keywords: education; public policies; research; teacher training; PPGEdu; UNEMAT.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, v. 7 n. 1, p. 11-22, jan/abr. 2007.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 39-52, jan.-abr. 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CAMINI, Isabela. Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Cartas pedagógicas e pesquisa-formação:** itinerários de uma formação docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. Militarização da Gestão das Escolas Públicas: A Exclusão da Atividade Política Democrática. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e258252, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

GOMES, Luiz Roberto. Teoria Crítica e Educação Política em Theodor Adorno. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.10, n. 39, p. 286-296, 2012.

LACERDA, Thays de Campos. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 18 abril. 2025. Documento autoral e inédito.

LACERDA, Thays de Campos. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 13 jun. 2025. Documento inédito.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Josiane Aparecida; LAGES, Rita Cristina Lima; SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 2, e249224, 2024.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês; BALL, Stephen J. Um Diálogo Sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MATA, Sílvio Cândido da; CARVALHO, Renata Ramos da Silva. A atuação do estado nas políticas educacionais no Brasil. Avanços e retrocessos desde a redemocratização até 2022. In. OLIVEIRA, Valdirene Alves de. Et Alli. **Políticas educacionais em tempos de avanço neoliberal**: diálogos entre pesquisadores(as): vol. 2/ 1. ed. Anápolis, GO: Editora UEG, 2024.

MORAIS, Artur Gomes de. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, p. 1-14, 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Thaiz Franciane Ferreira da. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 18 abril. 2025. Documento autoral e inédito.

SILVA, Thaiz Franciane Ferreira da. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 13 jun. 2025. Documento inédito.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.